

Superior Tribunal de Justiça

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1503296 - PE
(2019/0136919-7)**

RELATORA : MINISTRA REGINA HELENA COSTA
**AGRAVANTE : SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE
SEGUROS**
**ADVOGADOS : CARLOS ANTONIO HARTEN FILHO - PE019357
ANDRESSA DIAS BARROS - PE032236
TAUANNA ALBUQUERQUE FARIAS - PE034226
CAROLINNE MARIE MEDEIROS MAIA - PE036995
ANNA KATARINA COLARES DAVID DE
ALENCAR - PE039060
EDUARDO JOSÉ DE SOUZA LIMA FORNELLOS -
PE028240**
AGRAVADO : ERALDO ETELVINO DA SILVA
AGRAVADO : ALESSANDRA FERNANDES DA SILVA
AGRAVADO : FLAVIA CRISTINA ALVES BARBOSA
AGRAVADO : ROSEANE SALES PASCOAL
**ADVOGADO : MANOEL ANTÔNIO BRUNO NETO E OUTRO(S) -
PE000676**

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. DECISÃO QUE INADMITIU O RECURSO ESPECIAL. FUNDAMENTOS. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA DESCONSTITUIR A DECISÃO ATACADA. APLICAÇÃO DE MULTA. ART. 1.021, § 4º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. DESCABIMENTO.

I – Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. *In casu*, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

II – Não se conhece do Agravo em Recurso Especial que não tenha atacado especificamente os fundamentos da decisão que inadmitiu, na origem, o recurso especial.

III – Não apresentação de argumentos suficientes para desconstituir a decisão recorrida.

IV – Em regra, descabe a imposição da multa, prevista no art. 1.021, § 4º, do Código de Processo Civil de 2015, em razão do mero improvimento do Agravo Interno em votação unânime, sendo necessária a configuração da manifesta inadmissibilidade ou improcedência do recurso a autorizar sua aplicação, o que não ocorreu no caso.

V – Agravo Interno improvido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

Os Srs. Ministros Napoleão Nunes Maia Filho, Benedito Gonçalves,

Superior Tribunal de Justiça

Sérgio Kukina e Gurgel de Faria votaram com a Sra. Ministra Relatora. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Gurgel de Faria.

Brasília, 07 de outubro de 2019 (Data do Julgamento)

Ministra Regina Helena Costa
Relatora

